



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Pereira da Anunciação, Marcos Paulo; Verhine, Robert Evan

A relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar

EccoS Revista Científica, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, 2006, pp. 313-328

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71580204>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A RELAÇÃO ENTRE AS VARIAÇÕES NO COMPROMISSO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS COM A EDUCAÇÃO E O DESEMPENHO ESCOLAR

*Marcos Paulo Pereira da Anunciação**

*Robert Evan Verhine***

Este estudo enfoca o financiamento da educação básica nos municípios baianos, de 1997 a 2001, buscando analisar a relação existente entre as variações no compromisso financeiro dos governos locais com o desempenho dos alunos das redes municipais nos exames de avaliação em larga escala. Foram considerados dois bancos de dados contendo variáveis relacionadas às receitas e despesas municipais com a educação básica pública, ao longo da década de 1990, bem como os escores dos alunos do ensino fundamental municipal nos testes de avaliação de desempenho. De um lado, os dados mostraram que existe ausência de correlações significativas entre as variáveis indicadoras do compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar; de outro, os resultados indicam que entre os municípios mais ricos existe maior variação no compromisso de financiar a educação do que entre os mais pobres.

PALAVRAS-CHAVE: Compromisso financeiro dos municípios.
Desempenho escolar. Financiamento da educação.

*Mestre em Política e Gestão da Educação – UFBA; Consultor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal – UFBA. Salvador – BA [Brasil]
mppa@ufba.br

**Doutor em Educação pela Universitat Hamburg Alemanha; Professor Adjunto – UFBA; Consultor *Ad Hoc* da CAPES. Salvador – BA [Brasil]
verhine@ufba.br

1 Introdução

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, trouxe importantes mudanças para diferentes setores da vida pública nacional. Na área da educação, inovou ao conceder novas atribuições aos Municípios, como, por exemplo, a possibilidade de instituir sistemas próprios de ensino, concedendo-lhes maior autonomia na gestão, além de legislação específica sobre a educação municipal, segundo o *caput* do artigo 211 (BRASIL, 1998).

O sistema de financiamento da educação básica no Brasil, por sua vez, vem sendo reestruturado com o intuito de aumentar e garantir os recursos para a educação pública. Essa tendência vem desde o começo da década de 1980, mais precisamente em 1983, quando o Congresso aprovou a Emenda Calmon, e continua com as determinações da Constituição Federal de 1988 que envolveram o aumento dos percentuais vinculados para a educação nos Estados, DF e Municípios (de 20% para 25%) e na União (de 13% para 18%). Como resultado desse processo, o setor educacional aumentou, significativamente, sua disponibilidade de recursos orçamentários (RODRIGUEZ, 2001).

Seguindo uma tendência disseminada pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jontiem, na Tailândia, novos compromissos foram celebrados e assumidos pelos países participantes, entre os quais o Brasil. Os desdobramentos desses compromissos começaram a ser notados, com mais intensidade, a partir do início da segunda metade da década de 1990, quando novas políticas de fortalecimento do ensino fundamental passaram a fazer parte do cenário educacional brasileiro.

A Lei 9.394 (BRASIL, 1996) – a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou simplesmente LDB – veio ratificar as mudanças trazidas pela Carta Magna e introduziu um dispositivo que responsabiliza, civil e criminalmente, as autoridades competentes por atrasos na liberação de re-

cursos financeiros para a educação¹. Nesse mesmo ano, foi introduzido um importante mecanismo de redistribuição de recursos financeiros para o ensino fundamental (o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério [Fundef]) que, se não representava uma fonte adicional de recursos (como o salário-educação), pelo menos garantia que uma parcela dos recursos de estados e municípios fosse destinada a esse nível de ensino. Esse fundo também contribuiu para a elevação do volume de recursos financeiros destinados ao ensino fundamental, no âmbito dos estados e municípios, ao aumentar, de 50% para 60%, a parcela de recursos a ser aplicada, efetivamente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, alterando o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A década de 1990 também foi especialmente importante no que diz respeito aos créditos externos concedidos por instituições financeiras, a exemplo do Banco Mundial, ao Governo Federal e estadual (excepcionalmente aos municípios), para financiamento de programas e projetos na área da educação básica. Nesse contexto, surgiram programas relevantes, como o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), que visam ao fortalecimento da educação, notadamente nas regiões mais pobres do Brasil.

Nesse período, os recursos do salário-educação, fonte adicional de receita para o ensino fundamental público, também registraram um crescimento do volume de recursos financeiros arrecadados e redistribuídos. Esses recursos são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, uma vez que financiam projetos importantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como a merenda escolar, o livro didático e o transporte escolar. Além disso, representam parte (no máximo 20%) da fonte de recursos para a complementação da União aos Estados em que a receita, originalmente gerada, não é suficiente para a garantia de um valor por aluno/ano igual ou superior ao valor mínimo nacional fixado pelo Ministério da Educação (MEC), quando da distribuição de recursos do Fundef.

1 Ver artigo 69, parágrafo 6º: “O atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.”

Todo esse contexto apresentado serve para confirmar a idéia de que o volume de recursos financeiros destinados à educação, notadamente no nível fundamental, tem aumentado nos últimos anos. Melchior (1999, p. 264) afirma que “[...] o sistema financeiro da educação nunca contou com a mesma quantidade de recursos como nos dias atuais.”

Por outro lado, esperava-se que esse aumento na quantidade de recursos financeiros disponíveis fosse suficiente para proporcionar melhoria na qualidade da educação básica brasileira. Todavia, dados dos sistemas (nacional e estadual) de avaliação existentes no País davam conta de que essa relação não estava sendo efetivada na prática. Os resultados publicados sobre o desempenho dos alunos nos exames de avaliação externa apresentavam um cenário preocupante, no qual os estudantes não se mostravam capazes de confirmar o mínimo de aprendizagem que deles se esperava. Este foi, portanto, o objetivo principal desse estudo: identificar o grau de associação entre o desempenho dos alunos em escolas municipais da Bahia nos testes de avaliação em larga escala e o compromisso financeiro dos respectivos governos municipais com a educação.

2 Recursos destinados à educação e o desempenho escolar

Na medida em que a escola é um instrumento eficaz para a promoção da equidade e da mobilidade social (BARBOSA; FERNANDES, 2000), a identificação de fatores escolares que interferem no desempenho acadêmico dos alunos é de fundamental importância para o aperfeiçoamento das práticas de gestão pedagógica e para subsidiar políticas públicas que visem a corrigir os rumos da educação. Para Hanushek (2002 apud FERNANDES; GREMAUD; ULYSSEA, 2004), os determinantes da qualidade da educação – bem como seus efeitos econômicos – ainda

não são bem conhecidos, especialmente no que concerne ao seu papel no desempenho macroeconômico.

A literatura americana vem desenvolvendo estudos, desde meados do século passado, que tentam relacionar os escores obtidos pelos alunos nos testes de desempenho com o volume de gastos no sistema educacional. Esses estudos têm gerado resultados controversos no que se refere à avaliação dos impactos da variação do volume de insumos no sistema escolar sobre o desempenho dos alunos.

Um dos mais famosos relatórios sobre o tema é conhecido como Relatório Coleman (1968) e gerou controvérsias quando lançado, por negar a relação entre gastos com educação e desempenho dos alunos (CARD; KRUEGER, 1996; KIM, 2001). Mais recentemente, Hanushek, Rivkin e Taylor (1996) concluíram que os recursos destinados às escolas nos Estados Unidos têm sido gastos de maneira improdutiva e não têm contribuído para um melhor desempenho dos alunos, dando-se mais importância ao emprego dos recursos do que ao montante despendido. Conclusão semelhante teve Marlow (2000), para quem o problema da baixa qualidade nas escolas públicas americanas é decorrente da estrutura de monopólio do sistema educacional, e não da carência de recursos. Para Haddad (1998), esse raciocínio obedece à lógica de custo-benefício, na qual se buscam os insumos mais rentáveis que possam produzir maior “produtividade” educacional com menos recursos.

Segundo afirma Negri (1997a; 1997b), a apresentação dos estudos que justificam a preparação da lei do Fundef ancora-se na idéia de que o Brasil despende o suficiente com educação; no entanto, gasta mal. Essa linha de raciocínio, amplamente defendida pela gestão passada do MEC (era Fernando Henrique Cardoso [FHC]), está em consonância com as orientações do Banco Mundial para a política de financiamento da educação básica nas últimas décadas (DE TOMMASI; WARDE; HADDAD, 1996).

Outros estudos, entretanto, contestam essa idéia disseminada pelo Relatório Coleman (HEDGES; LAINE; GREENWALD, 1994; 1996). Com base na evidência empírica das escolas americanas, esses autores reafirmam, de forma enfática, a associação positiva entre desempenho escolar e gastos com educação, o que tem sido demonstrado em diversos estudos recentes, inclusive nos desenvolvidos por Card e Krueger (1996), Deke (2003), Kim (2001) e Lavy (1998) McEwan.

Nessa mesma linha, Albernaz, Ferreira e Franco Junior (2002) estimaram uma função de produção educacional para o Brasil, aplicando modelos lineares hierárquicos (em inglês *hierarchical linear model* [HLM]) aos microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 1999. Entre os resultados encontrados está o de que a variação de desempenho entre as escolas brasileiras se deve, principalmente, a diferenças no nível socioeconômico médio de seus alunos. Uma vez controlado esse efeito, diferenças na quantidade e qualidade dos insumos escolares ainda respondem por uma parcela significativa da diferença de desempenho entre as escolas. Outros resultados apontam, ainda, que o desempenho do aluno tende a cair, quando a escola apresenta problemas de caráter financeiro.

Neste artigo, analisam-se dados acerca dos gastos educacionais municipais, para identificar variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação. Para tanto, são considerados alguns indicadores, como os gastos médio, corrente e de capital por aluno, além do percentual da receita despendido na educação do município.

3 Aspectos metodológicos

Para a consecução do principal objetivo a que este estudo se propõe – o de analisar e compreender a relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar dos alunos

nos exames do sistema de avaliação externa do Estado da Bahia –, foram considerados, basicamente, os dados de dois bancos.

Para as análises relacionadas ao desempenho escolar, utilizou-se parte do banco de dados do Projeto de Avaliação Externa (Fapex/SEC-BA/UFBA-ISP)², em que constavam as variáveis referentes ao escore dos alunos nos testes de português e matemática. Vale ressaltar que esse escore é dado pelo número de acertos em cada prova, não estando associado, portanto, a nenhuma escala sofisticada de desempenho³.

Os escores utilizados neste estudo se referem aos testes de português e matemática aplicados, em 2001, a todos os alunos (228 mil) matriculados na 4ª série das escolas municipais urbanas de 274 municípios baianos, representando, assim, 66% dos 417 municípios do Estado da Bahia. A escolha pela adoção dos dados da 4ª série está relacionada ao fato de que o foco de atuação dos municípios baianos tem sido o primeiro segmento do ensino fundamental, uma vez que a municipalização das escolas que oferecem o ensino de 5ª a 8ª série vem ocorrendo de forma lenta. A opção pelas escolas da rede municipal, por sua vez, se justifica pelo fato de os dados utilizados nesta pesquisa, referentes ao volume de recursos financeiros disponíveis para a educação, estarem apenas relacionados aos municípios baianos, não incluindo, portanto, os gastos do Estado.

Para analisar a disponibilidade e a aplicação de recursos financeiros no ensino fundamental municipal, foi utilizada parte do banco de dados da pesquisa “Financiamento da educação básica: um estudo de receitas e gastos nas redes de ensino da Bahia”, coordenada pelo professor Verhine⁴. Esse banco é composto de uma série de variáveis relacionadas às receitas e despesas dos municípios com a educação básica pública ao longo de toda a década de 1990. O conjunto desses dados permite identificar as principais tendências quanto às despesas e receitas educacionais dos municípios, além dos fatores que explicam as variações do nível de compromisso financeiro entre os municípios que, por sua vez, foi medido por meio de quatro indicadores: gasto médio por

2 O Projeto de Avaliação Externa faz parte do Programa Educar para Vencer, do Governo do Estado Bahia, e consiste em um levantamento da qualidade do ensino fundamental nas escolas baianas das redes municipal e estadual, por meio dos resultados dos alunos da 4ª e da 8ª série em testes de múltipla escolha para as disciplinas de Português e Matemática. O projeto foi desenvolvido de 1999 a 2004 por meio de parceria entre a Secretaria de Educação de Estado da Bahia e a Universidade Federal da Bahia. Para mais informações sobre o referido Projeto (DANTAS, 2005).

3 A escala de desempenho utilizada pela Agência de Avaliação foi a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Todavia, para efeito de análise neste estudo dissertativo, era desnecessário o uso da TRI, uma vez que a escala de desempenho dada pelo número de acertos em cada prova já satisfazia aos objetivos propostos.

4 Para mais informações sobre o referido banco de dados, ver Verhine (2002).

5 Para mais informações sobre o Fundef na Bahia, ver Anun-
ciação (2003), Verhine e Rosa
(2003).

aluno, gasto médio corrente por aluno, gasto médio de capital por aluno e percentual da receita aplicado no ensino municipal.

4 Resultados

Os dados apresentados neste estudo indicam o crescimento do volume de recursos financeiros destinados ao ensino fundamental público no Brasil e, mais especificamente, no Estado da Bahia. Esse aumento foi impulsionado tanto pela via dos impostos próprios quanto pelas transferências constitucionais, além dos recursos oriundos do Fundef, subvinculados, exclusivamente, ao nível fundamental⁵.

O maior aporte de recursos ao ensino fundamental resultou na elevação do nível de gastos por aluno, que, de 1997 a 2001, apresentou crescimento de 45,7%. Esse crescimento também é observado quando os municípios são divididos em grupos, considerando-se sua riqueza (medida pelo produto interno bruto [PIB]). Apesar de o nível de gastos por aluno ser ligeiramente superior no grupo dos municípios mais ricos em relação ao dos mais pobres, os dados indicam que há uma tendência de equilíbrio entre esses grupos, notadamente nos dois últimos anos do período, o que pode ser consequência do impacto do Fundef na redistribuição de recursos financeiros educacionais, uma vez que o objetivo do Fundo é, justamente, diminuir as desigualdades existentes entre sistemas e redes, por meio de maior equidade na distribuição desses recursos.

É importante destacar também que, no grupo dos municípios mais ricos, existe maior variação no compromisso de financiar a educação do que no dos mais pobres. Isso porque os mais ricos, em razão da maior disponibilidade de recursos financeiros, têm mais poder de decisão sobre o volume de recursos a ser investido em educação. Já os municípios pobres são mais homogêneos quanto aos gastos educacionais, uma vez que a escas-

sez de recursos financeiros limita seu poder de decidir sobre o aumento do volume de gastos na educação.

Quando são considerados os gastos correntes por aluno, incluídas as despesas com pessoal e material de consumo, os resultados indicam que os municípios mais ricos tendem a gastar mais com salários dos profissionais da educação e na compra de materiais do que os mais pobres. De forma análoga, os municípios mais ricos estão propensos a disponibilizar mais recursos para as despesas de capital (obras, reformas, instalações, aquisição de equipamentos) do que aqueles situados no grupo dos menos favorecidos. Os dados mostram também que a variabilidade no nível de gastos correntes e de capital por aluno é maior entre os municípios mais ricos (que têm mais recursos financeiros para gastar) que no grupo dos mais pobres.

Outro ponto importante quanto ao compromisso financeiro dos municípios com a educação diz respeito ao fato de declararem ao Tribunal de Contas uma aplicação percentual no ensino fundamental, além do mínimo exigido legalmente. Um achado desta pesquisa mostra que os municípios mais pobres gastam um percentual maior de seus recursos financeiros com o ensino fundamental em relação ao grupo dos mais ricos. Isso porque, dada a escassez de receita, os municípios com menos recursos precisam comprometer um percentual maior de sua arrecadação de impostos e transferências para atingir o percentual mínimo constitucional, conseguido pelos mais abastados, sem o mesmo nível de comprometimento.

Em relação à avaliação de desempenho de 2001 (AZEVEDO, 2002), a análise dos resultados dos escores médios obtidos pelos municípios mostrou que, dada a falta de variabilidade dos dados, os escores estavam muito próximos da média. Mesmo quando os municípios estavam divididos em grupos distintos, de acordo com o seu desempenho, os resultados, ainda assim, eram semelhantes. Em outras palavras, esses dados indicam que os municípios participantes dessa avaliação são parecidos no que se refere ao desempenho escolar. Todavia, quando os municípios foram di-

vididos em grupos, segundo a sua riqueza, os resultados mostraram que os mais ricos apresentavam um desempenho médio levemente superior ao dos mais pobres.

Finalmente, os resultados mostraram que, de forma global, não há correlação significativa entre as variáveis indicadoras do compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar. No entanto, quando os municípios são divididos em grupos, segundo o PIB ou grau de urbanização, os coeficientes encontrados, apesar de pouco significativos, fornecem indícios de que os municípios mais ricos e mais urbanizados tendem a apresentar uma associação mais alta entre o compromisso financeiro com a educação e o desempenho escolar. Esse achado sugere que, pelo menos em certos contextos, a decisão de gastar mais com a educação pode gerar resultados positivos na aprendizagem dos alunos atendidos.

5 Considerações finais

Esses resultados poderiam conduzir o debate acerca do compromisso dos governos locais com uma educação de qualidade, pela via dos recursos financeiros, a uma inevitável discussão sobre a necessidade de aumentar o volume de recursos ou otimizar sua aplicação, uma vez que os dados apontaram para uma baixa correlação entre compromisso financeiro e desempenho escolar.

Para responder a essa questão, é preciso considerar que, devido à desigualdade tributária existente no Brasil, há uma grande quantidade de municípios pobres e um pequeno número de municípios ricos. Para estes, é possível que o volume de recursos disponíveis destinados à educação seja suficiente para produzir melhorias no desempenho escolar, não sendo necessário, portanto, disponibilizar mais recursos.

Conforme foi dito, os municípios mais ricos têm o poder de decidir gastar mais em educação e, com isso, gerar melhores resultados educacionais. Por outro lado, os pobres precisam de mais recursos para investir em educação, uma vez que não dispõem de receita própria ou proveniente de transferências suficientes para gerar melhores resultados educacionais. Ao gastarem apenas o que é minimamente necessário para o atendimento de suas necessidades educacionais, os municípios pobres tendem a apresentar resultados educacionais semelhantes entre si.

Em ambos os casos, no entanto, faz-se necessária a introdução de mecanismos que regulem e controlem a aplicação dos recursos financeiros na educação, como o fortalecimento dos conselhos escolares, das associações de pais e mestres, além de uma participação mais efetiva dos Tribunais de Contas e do Ministério Público no acompanhamento e na fiscalização do uso do dinheiro público. Sem o controle social do dinheiro público, não será possível concretizar importantes propostas pedagógicas, como o atendimento aos padrões mínimos de qualidade e a melhoria do desempenho.

Esse parece ser um dos maiores desafios para os órgãos de controle e fiscalização. Um dos principais problemas encontrados por esses órgãos no desempenho de suas atividades é que as contas apresentadas nos demonstrativos contábeis entregues pelos governos locais são muito genéricas, e, por isso, há dificuldade em identificar se os recursos estão sendo, realmente, aplicados em educação (DAVIES, 2005). Uma solução possível, nesse caso, seria os tribunais de contas exigirem dos governos locais um maior detalhamento das despesas classificáveis como de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE), de acordo com o disposto nos artigos 70 e 71 da LDB. Não basta garantir a disponibilidade contábil de recursos para o sistema educacional (ou o aumento do seu volume); é preciso assegurar, também, sua destinação real, sobretudo às atividades-fim da educação.

O fato de os resultados deste estudo apontarem para uma fraca correlação entre desempenho escolar e compromisso financeiro dos governos municipais com a educação não diminui, de forma alguma, a importância dos recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento da educação nos municípios. Existe um conjunto de fatores intrínsecos e extrínsecos ao ambiente escolar que, uma vez reunidos, tendem a contribuir para uma educação de qualidade, tais como valorização dos profissionais do magistério, condições adequadas dos prédios escolares e aquisição de materiais e equipamentos necessários ao aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. Todavia, sem os recursos financeiros suficientes, nada disso pode ser concretizado, uma vez que o financiamento representa a base financeira para sustentar o sistema educacional.

Para que a aplicação do dinheiro público seja capaz de proporcionar melhorias no desempenho escolar, é necessário garantir que esses recursos cheguem até as escolas. Os desvios de recursos, os gastos efetuados em outras rubricas com verbas destinadas à educação e os artifícios contábeis tão comuns neste País têm sido empecilhos constantes para que as escolas recebam os recursos que lhes são devidos.

Por fim, vale ressaltar que este estudo, ao analisar o desempenho escolar apenas pelo viés do compromisso financeiro, deixa de considerar outros fatores que podem ser determinantes do desempenho dos estudantes em exames de avaliação em larga escala. Assim, fatores ligados ao ambiente escolar, como a gestão escolar, o nível de formação dos professores e as competências e habilidades individuais dos estudantes, bem como aqueles relacionados ao ambiente municipal, como as condições socioeconômicas e educacionais do município, não foram aqui analisados. Um estudo mais completo acerca dos fatores determinantes do desempenho escolar é uma necessidade a ser atendida em pesquisas futuras.

THE RELATIONSHIP BETWEEN VARIATIONS IN MUNICIPALITIES' FINANCIAL COMMITMENT EDUCATION AND THE STUDENTS' PERFORMANCE

This study focuses on the financing of basic education in municipalities of the Bahia State during the period 1997-2001, seeking to analyze the relationship between variations in the level of financial commitment to education among local governments and the achievement on standardized tests of students in municipal school systems. The data pertained to variables indicating municipal receipts and expenditures with respect to basic education during the decade of the 1990s and also to the test scores of students enrolled in the municipal fundamental schools. The results revealed an absence of significant correlations between indicators of municipal financial commitment to education and student achievement. On the other hand, the findings demonstrated that there is a greater variation in levels of financial commitment among the richer municipalities than among the poorer ones. Thus, the data indicate that where there exists a relative power to make decisions about education expenditures, there is a weak positive association between financial commitment and school achievement levels.

KEY WORDS: Municipalities financial commitment. Financing education. Students performance.

Referências

- ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO JUNIOR, F. C. J. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 453-476, 2002.
- ANUNCIAÇÃO, M. P. P. da. O impacto do Fundef no contexto do Estado da Bahia: uma abordagem quantitativa. *Gestão em Ação*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 129-140, 2003.

AZEVEDO, J. S. G. et al. Análise multivariada de indicadores de desempenho escolar: impactos de variáveis sócio-econômicas. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. *Avaliação do sistema público de ensino fundamental no Estado da Bahia*. Salvador: SEC-BA, 2002.

BARBOSA, M. E. F.; FERNANDES, C. Modelo multinível: uma aplicação a dados de avaliação educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 22, p. 135-153, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 nov. 2006.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1999.

CARD, D.; KRUEGER, A. B. School resources and student outcomes: an overview of the literature and new evidence from North and South Carolina. *Journal of Economic Perspectives*, v. 10, n. 4, p. 31-50, 1996.

DANTAS, L. M. V. *Análise da implementação de uma política educacional pioneira na área de avaliação em larga escala na Bahia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

DAVIES, N. *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* 1. ed. São Paulo: Xamã, 2005.

DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.) O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996. cap. 1, 3-6.

DEKE, J. A study of the impact of public school spending on postsecondary educational attainment using statewide school district refinancing in Kansas. *Economics of Education Review*, v. 22, n. 3, p. 275-284, jun. 2003.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P.; ULYSSEA, G. Sistema brasileiro de financiamento à educação básica: principais características, limitações e alternativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004. João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Anpec, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A132.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

HADDAD, S. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In: VIANNA JUNIOR, A. (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. 1. ed. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

HANUSHEK, E. Publicly provided education. In: FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P.; ULYSSEA, G. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32. 2004. João Pessoa. *Sistema brasileiro de financiamento à educação básica: principais características, limitações e alternativas*. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/Ao4A132.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2005.

HANUSHEK, E.; RIVKIN, S.; TAYLOR, L. Aggregation and the estimated effects of school resources. *The Review of Economics and Statistics*, v. 78, n. 4, p. 611-627, 1996.

HEDGES, L.; LAINE, R. D.; GREENWALD, R. Does money matter? A meta-analysis of the effects of differential schools inputs on student outcomes. *Educational Researcher*, v. 23, n. 3, p. 5-14, 1994.

HEDGES, L.; LAINE, R. D.; GREENWALD, R. The effect of school resources on student achievement. *Review of Educational Research*, v. 66, p. 361-396, 1996.

KIM, H. Is there a crowding-out effect between school expenditure and mother's child care time? *Economics of Education Review*, v. 20, n. 1, p. 71-80, 2001.

LAVY, V. Disparities between Arabs and Jews in school resources and student achievement in Israel. *Economic Development and Cultural Change*, v. 47, n. 1, p. 175-192, 1998.

MARLOW, M. Spending, school structure, and public education quality: evidence from California. *Economics of Education Review*, v. 19, n. 1, p. 89-106, 2000.

MELCHIOR, J. C. de A. Recursos financeiros e a educação. In: MENESES, J. G. de M. et al. *Estrutura e funcionamento da educação básica*. 1. ed. São Paulo: Thomson, 1999. p. 248-267.

NEGRI, B. *O financiamento da educação no Brasil*. Brasília, DF: Inep, 1997a. Série Documental. Textos para discussão, n. 1.

NEGRI, B. *O fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e desenvolvimento do magistério*. Brasília, DF: Inep, 1997b. Série Documental. Textos para discussão, n. 3.

EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 313-328, jul./dez. 2006.

RODRIGUEZ, V. Financiamento da educação e políticas públicas: o Fundef e a política de descentralização. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 42-57, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5540.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2006.

VERHINE, R. E. A gestão do financiamento da educação básica: um estudo longitudinal e comparativo no contexto do Estado da Bahia. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 19, n. 75, p. 98-112, 2002.

VERHINE, R. E.; ROSA, D. L. Fundef no Estado da Bahia. *Gestão em Ação*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 107-117, 2003.

Recebido em 17 nov. 2006 / aprovado em 18 dez. 2006.

Para referenciar este texto

ANUNCIAÇÃO, M. P. P. da; VERHINE, R. E. A relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar. *EccoS*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 313-328. jul./dez. 2006.